

Luiz Gonzaga Marques, diretor-geral do DNOCS

Decreto não discrimina parentes

BRASÍLIA — Apesar de técnicos do Tribunal de Contas da União terem recomendado seu afastamento, o diretor-geral do Dnocs, Luiz Gonzaga Nogueira Marques, diz que permanecerá no cargo até a decisão final do tribunal sobre sua responsabilidade no superfaturamento de obras. Ele terá 15 dias para apresentar sua defesa.

O GLOBO — Como o senhor explica as irregularidades apontadas pelo TCU?

MARQUES — Após a notificação do TCU tenho 15 dias de prazo e vou explicar várias impropriedades da auditoria.

O GLOBO — Por exemplo?

MARQUES — O Luiz Henrique Nogueira não é meu filho e sim meu irmão. Há 16 anos deixei uma das empresas executoras de obras, a Contep. Na época da carta-convite para a Arcos, o José Wagner não era meu genro.

O GLOBO — O TCU diz que o senhor favoreceu familiares?

MARQUES — O decreto-lei 2300 (das licitações) não proíbe que eles participem da competição.

Eu não poderia discriminá-los mesmo sendo parentes.

O GLOBO — As obras foram superfaturadas?

MARQUES — As obras estão sendo executadas pelos governos estaduais, que fizeram os processos licitatórios. Algumas estão só no início porque este ano a liberação de recursos foi suspensa devido à auditoria.

O GLOBO — O senhor acredita que vai ser afastado?

MARQUES — O juiz relator, ministro Marcos Vileça, acolheu em parte o relatório dos auditores e não aceitou meu afastamento imediato. Aguardo a decisão final depois de minhas justificativas.